



Nota de Apoio

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) vem a público apresentar nota de apoio ao Promotor de Justiça Bernardo Morais Cavalcanti e manifestar repúdio às atitudes abusivas e ilegais das Polícias Militar e Civil do Estado de Goiás, no episódio que culminou na detenção do membro do Ministério Público, no último domingo.

Inicialmente, é importante esclarecer que a versão dada pela Polícia e noticiada na imprensa goiana não corresponde à realidade dos fatos.

Na verdade, o Promotor de Justiça Bernardo Morais saiu do Parque de Exposições Agropecuárias de Goiânia na madrugada de domingo e tomou um táxi, informando ao taxista o destino. Para sua surpresa, o taxista exigiu o pagamento do valor de R\$ 40,00 pela corrida, e se recusou a ligar o taxímetro, fato este que constitui crime contra a economia popular (Lei n.º 1521/51) e infração à Lei Federal n.º 12.468/2011. O Promotor de Justiça, ciente de seus direitos como consumidor, insistiu em permanecer no táxi até o que o motorista ligasse o taxímetro. O taxista acionou a Polícia Militar, alegando que o consumidor não queria pagar pelo serviço.

Policiais militares aproximaram-se do veículo, ordenaram que Bernardo Morais saísse e disseram que ele seria conduzido a uma delegacia de polícia. O Promotor de Justiça identificou-se e tentou argumentar que aquele procedimento não era correto, pois estava sendo vítima, assim como outros cidadãos, de uma prática ilegal. Nesse momento, os policiais militares derubaram Bernardo ao chão com violência, lesionando-o nos braços, pernas e costas, e algemaram-no, sem necessidade.

O Promotor de Justiça foi conduzido à delegacia de polícia, onde permaneceu algemado por mais de uma hora, vigiado por três agentes, até que foi atendido pela delegada de polícia de plantão, a qual se recusou a verificar sua identidade funcional. Por fim, o Promotor de Justiça foi identificado e liberado, já que não havia praticado qualquer delito. Em seguida, compareceu ao IML, onde foi submetido a exame de corpo de delito, que identificou as lesões praticadas pelos policiais militares.

AAGMP repudia a forma violenta e abusiva com que agiu a polícia do Estado de Goiás neste episódio, e exigirá que as medidas legais cabíveis sejam tomadas em face dos agentes públicos responsáveis pelos abusos, que atingiram não só o Promotor de Justiça Bernardo Morais Cavalcanti, mas todo o Ministério Público do Estado de Goiás.

A DIRETORIA